



ACÓRDÃO Nº1829/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11180/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA
- 4- **Exercício:** 2016
- 5- **Responsável:** Antônio Ademir Stroski (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2449/2023-DIMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA . Exercício de 2016.

Reconhecimento. Irregularidade. Recomendação. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, nos termos do voto- destaque do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Luis Fabian Pereira Barbosa, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. À UNANIMIDADE:

10.1.1.Reconhecer a ocorrência da prescrição, em favor do **Sr. Antônio Ademir Stroski**, com fulcro no que dispõe o §4º do art. 40 da Constituição do Estado do Amazonas de 1989, razão pela qual afasto as pretensões punitiva e ressarcitória do Estado em decorrência do ajuste;

10.2. POR MAIORIA:

10.2.1.Julgar irregular A Prestação de Contas Anual da Secretaria de Meio Ambiente – SEMA, exercício 2016, sob a responsabilidade do **Sr. Antônio Ademir Stroski** – Secretário da SEMA, à época, em razão das irregularidades consideradas remanescentes pelos órgãos técnico e ministerial;

10.2.2.Recomendar à Secretaria de Estado do Meio Ambiente -



ACÓRDÃO Nº1829/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

SEMA que:

10.2.2.1. Realize licitações em suas contratações de prestação de serviços com a PRODAM, por se tratar de uma empresa de economia mista, obedecendo desta forma os Princípios da Equidade e da Economicidade;

10.2.2.2. Que se submeta ao Controle Interno da Controladoria Geral do Estado.

10.2.2.3. Não realize concessões de adiantamentos a servidores em Cargo Comissionados;

10.2.2.4. Organize as fichas funcionais dos servidores;

10.2.2.5. Que mantenha atualizadas as Declarações de Bens, anualmente de todos os servidores em cargos comissionados.

Vencido o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Mario Manoel Coelho de Melo que votou quanto ao Julgamento do Processo por reconhecer a prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória, para extinguir o feito com resolução do mérito.

11- Ata: 30ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 29 de Agosto de 2023

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente - não votou), Ári Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA
Conselheiro Redator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral